

ATA SEI



SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo [Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo [Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#), com função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018](#), e por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo [Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada no dia 11/12/2018.

No décimo primeiro dia do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, às dezenove horas, constatou-se o quórum regimental para início das atividades do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizadas no auditório da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Unidade de Desenvolvimento Rural (SAMA.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os [Conselheiros\(as\)](#) - **mandato 2018-2020**: Débora Cristina Jung, da Aproagua; Paulo Roberto Schulze, da Asbanville; Marli Fleith Sacavem, da Amem; Camila Cristina Colares, do IA; Virginia Grace Barros, do CCJ; Alceonir Bertol, da Subprefeitura de Pirabeiraba; Mirian Cristina Zabel, da Secult; Cristian Ricardo dos Santos, da CAJ; Vanessa Vieira, da Amabq; Mauro Augusto da Silva, da PMA; Romy Buhnemann Dunzinger, da SEPUD; Sarah Sabrina Leal Francisco, da SAMA.UNF; Clailton Dionízio Breis, da SAMA.UGA; Cácio José Rengel, da PSCJ; Manoel Luiz Vicente, da Aproagua; Dione Nery Cavalcanti Benevenuti, da Epagri; Maria Raquel Migliorini de Mattos, do ISARP; Gabriel Klein Wolfart, do Sindipedras/SC; João Paulo Freisleben, da Apiville; Ademir Sgrott, da AJM; Carlos Alberto Noronha do Amaral, da SAMA.UDR; e Jonas de Medeiros, da SAMA - Presidente do Conselho Gestor. Estavam presentes também: Luiz Casas, da Secult; Valéria Torteli, da Secult; Fabio Longen, da Aproagua; Juliana Kammer, da ACR; Josimar Neumann, da SAMA; Caroline Cavalheiro Mafra, da SAMA; Anton Giese

Anacleto, da SAMA; José Augusto de Souza Neto, da SAMA- Secretário Executivo do Conselho, conforme Lista de Presença Anexa (3110868). A reunião teve como pauta: 1) Abertura da reunião e aprovação da ata da reunião ordinária de 09/10/2018; 2) Retrospectiva 2018, solicitação Aproagua e AJM; 3) IQA – Cia Águas de Joinville, Assuntos Gerais e Palavra Livre. O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Jonas de Medeiros, cumprimentou e deu boas vindas a todos os Conselheiros e demais convidados. **Iniciando a pauta** o Presidente do Conselho submeteu a ata da reunião do dia 09/10/2018 para aprovação, a qual, não havendo ressalvas, foi aprovada por unanimidade. Antes de dar sequência à pauta o Presidente do Conselho Gestor explica que alguns esclarecimentos devem ser feitos sobre a casa Krüger, principalmente considerando se tratar de um assunto divulgado no jornal e debatido no grupo de WhatsApp da APA Dona Francisca. O Presidente do Conselho Gestor primeiramente esclarece que não há qualquer desentendimento entre a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e a Secretaria de Cultura e Turismo, ao contrário, atualmente a SECULT está auxiliando a SAMA com toda a equipe técnica para desenvolver o projeto de restauro da Casa Krüger, portanto a afirmação de que haveria um desentendimento entre Secretarias é uma falácia. O Presidente do Conselho Gestor relembra que a Casa Krüger passou por outros processos de restauro que acabaram por não acontecer, mas que agora será realizado em trabalho conjunto, inclusive contando com o auxílio da Secretaria de Administração e Planejamento. Explica também que por motivos de proteção ao público, avaliado pela Defesa Civil, a Casa Krüger foi temporariamente fechada para que o restauro aconteça sem oferecer risco ao público frequentador, contudo isso não impedirá a continuidade das feiras da Casa Krüger, a Unidade de Desenvolvimento Rural se fez atuante na SAMA para manter a realização regular das feiras as quais, inclusive, o próprio Presidente desse Conselho é assíduo. Assim que o restauro for realizado será decidido conjuntamente entre a SAMA e SECULT se a casa será reativada com melhorias em sua finalidade e na equipe de trabalho ou se o ponto turístico se tornará uma seção voltada às associações de turismo rural de Joinville, mas o Presidente do Conselho Gestor evidencia que as alternativas estão em estudo e que a prioridade no momento é realizar o restauro. Explica também que o restauro possui suas complicações e que não pode ser confundido com uma reforma, afinal o restauro se dá pela recuperação do imóvel utilizando materiais e técnicas aplicadas na época de sua construção, portanto para que o restauro ocorra nessas normas está sendo estudado o processo de contratação realizado anteriormente e já foi observado que o valor estipulado estava muito abaixo dos custos efetivos de um restauro, esses valores estão sendo reajustados e o edital de contratação desenvolvido. Para manter o Conselho Gestor informado do processo licitatório o Gerente Beto Amaral trará atualizações do andamento do processo conforme avança. Dado espaço para manifestações a ouvinte Valéria Torteli informa ser recepcionista na Casa Krüger, em razão dos boatos que surgem nas redes digitais decidiu comparecer para realizar esclarecimentos. Segundo Valéria um dos argumentos utilizados é de que a Casa Krüger seria um dos Centros de Atendimento ao Turista com menor visitação, mas afirma ser uma informação falsa, tendo feito levantamentos manuais para comprovar que esse CAT é o segundo mais bem visitada na cidade. Outro argumento é de que os outros CATs estão com falta de funcionários, mas explica que mora em Pirabeiraba e gosta de trabalhar na Casa Krüger. O Presidente do Conselho Gestor informa que estes não foram os argumentos repassados para a SAMA que é a titular da casa. Valéria expõe que apesar disso estes foram os argumentos utilizados em uma reunião oficial com a equipe de trabalho, mas que não souberam desses fatos agora revelados mesmo porque não recebem resposta do Secretário da Secult. O Presidente do Conselho Gestor explica que devem ser procurados os donos da pasta internamente, porém não recebeu nenhum questionamento neste sentido, informando enfim que a titularidade da casa pertence à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Dando sequência ao **segundo item** da pauta o Presidente do Conselho passa a palavra para José Augusto de Souza Neto para que apresente uma retrospectiva dos trabalhos realizados pelo Conselho no ano de 2018. Neto cumprimenta a todos os presentes e explica se tratar de uma pauta proposta pela Aproagua e endossada pela AJM por intermédio da troca de e-mails com a Secretaria Executiva do Conselho. Antes de iniciar a retrospectiva, Neto aponta ter sido criada a Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC), esta unidade tem como objetivo organizar os trabalhos dos Conselhos de Políticas Públicas, como por exemplo o COMDEMA e o CMSB, além dos Conselhos de Unidades de Conservação, como é o caso deste Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca. Neto também expõe que existem algumas pendências de anos anteriores a 2017, conforme apontado por Ademir Sgrott e Manoel Luiz Vicente, porém pede que esses assuntos voltem a serem suscitados para que sejam introduzidos nas próximas pautas. Neto esclarece que a SAMA é o Órgão Gestor das Unidades de Conservação de Joinville, composto mais especificamente pela Unidade de Gestão Ambiental (SAMA.UGA), que se faz representada neste Conselho por Clailton Breis, bem como pela Unidade de Fiscalização (SAMA.UNF), que está representada por Sarah Sabrina Leal Francisco, e pela Unidade de Desenvolvimento Rural (SAMA.UDR) representada por Carlos Alberto Noronha do Amaral,

sendo concedido amplo acesso aos Conselheiros para obterem informações das pastas pertinentes diretamente com os Gerentes das Unidades. Neto passa a apontar as solicitações referentes ao ano de 2018. A **primeira solicitação** partiu de um pedido do Conselheiro Paulo Roberto Schulze para a manutenção do Pórtico do Quiriri, segundo Neto se trata de uma questão que está sendo tratada junto com a Secretaria da Cultura, contudo o processo sofre empecilhos visto que o pórtico se localiza no Domínio Dona Francisca onde os proprietários não possuem os documentos regulares da propriedade. O Conselheiro Clailton Breis recorda que no Governo Luiz Henrique algumas tratativas eram mais simples, naquele tempo o prefeito acordou a instalação do pórtico com a família detentora da propriedade, instalou, inaugurou e prestou homenagem ao patriarca da família, dali em diante a prefeitura passou a pagar aluguel pela área utilizada. A instalação teve diversas utilidades sendo que uma delas era alocação temporária de funcionários que iriam realizar vistorias na região. Clailton explica que na gestão do Governo Udo Döhler, que no ponto de vista administrativo está mais bem organizada, começou a ser requerida a documentação da matrícula do imóvel para que fosse renovado o aluguel, para tanto foi buscado registros no cartório, contando com a ajuda da equipe da Unidade de Aprovação de Projetos e da equipe de patrimônio da Prefeitura, mas as ações foram suspensas no momento que o Domínio Dona Francisca entrou com uma ação que está sendo tratada pela Procuradoria Geral do Município. Clailton conclui que enquanto não for resolvida essa questão na justiça não será possível investir recursos públicos naquele pórtico. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze relembra que havia um posto de controle naquele pórtico onde era feita a consulta amarela, mas já algum tempo deixou de existir e por conta disso os loteamentos irregulares estão se expandindo culminando em prejuízo ao município. O Presidente do Conselho Gestor expõe que a não regularidade do imóvel não permite, nos conformes da lei, que o município firme qualquer contrato naquele espaço. A família detentora do imóvel está sendo auxiliada pelo município, mas está sendo dificultoso sanar o problema por questões legais, portanto a PGM está tomando as ações necessárias. O Presidente do Conselho Gestor também aproveita para informar que a retrospectiva não irá se encerrar nesses itens, mas os assuntos continuarão em pauta até que sejam resolvidos. A Conselheira Maria Raquel Migliorini de Mattos conta que até 2014 haviam fiscais naquele pórtico, naquele tempo tinha sido feita uma reforma, foi instalada internet e os banheiros estavam em bom estado, portanto o que causou a deterioração do pórtico foi o não uso daquele espaço, ao retirar os fiscais dali. Raquel explica que além do controle dos caminhões com materiais de construção também eram fiscalizados os materiais de mineração, portanto hoje não está sendo dada a devida atenção aos valores que deveriam ser convertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente sendo que a administração está tendo que acreditar nas declarações das mineradoras. A Conselheira entende que com força de vontade é possível alocar ao menos um fiscal três horas por dia para trabalhar ali, isso porque a alocação do agente fiscal não é impedida pelo fato do imóvel não estar regularizado e a presença de um agente fiscal é uma necessidade, além disso, o posto era um ponto de referência para a população local e deve ser ocupado pela municipalidade. A Conselheira conclui que é possível trabalhar em paralelo enquanto a regularização daquela situação obedece os trâmites legais. O Presidente do Conselho Gestor ressalva, explicando que não há ao menos perspectiva de regularização para o uso daquela área. Também afirma que desde que o Prefeito Udo assumiu é dada atenção completa a legalidade dos atos, e se não houver a legalidade necessária não deve ser feito. Portanto não basta a mera possibilidade de algo ser feito, deverá haver segurança jurídica necessária para a administração atuar, o que fica impedido por conta do imóvel estar irregular, e assim excluído da legalidade dos atos administrativos. O Conselheiro Clailton Breis informa que se há necessidade de recuperar a construção é tão somente na questão de pintura e outros desgastes superficiais, sendo que a estrutura está preservada e não necessita de reformas. Clailton concorda com o Presidente do Conselho Gestor e ressalta que alocar um funcionário público em um imóvel irregular não é correto e a Prefeitura tem que dar o exemplo. A **segunda solicitação** partiu da Conselheira Raquel, que questiona se há previsão no SISMMAM para construção do Pórtico de Entrada da APA Serra Dona Francisca. Neto expõe que por conta de outras ações de urgência previstas no SISMMAM esta ficou suspensa, mas esclarece que se tratava na verdade de um projeto para a construção de uma praça revitalizada apresentado por Valério Schiochet antes de 2017. Clailton reitera que se tratava de uma praça que segue da Casa Krüger até a entrada da Unidade de Desenvolvimento Rural, nela seria instalada uma grande placa estilizada anunciando a entrada da APA e com demais informativos, mas por questões de drenagem e investimentos no Rio Alandaf a obra restou inviabilizada, além de outras situações de maior prioridade neste momento. O Conselheiro Carlos Alberto Noronha do Amaral complementa recordando que este projeto havia sido apresentado no SISMMAM, naquele tempo o Conselheiro Ingo Bauer, do Comdema, pediu vistas desse processo e fez uma movimentação contrária à aplicação de recursos nesse projeto. O Presidente do Conselho Gestor requer que seja verificada a possibilidade reinclusão desse projeto. A **terceira solicitação**, também partindo da Conselheira Maria Raquel, solicita o mapeamento das áreas de invasão na APA. Neto explica ter

apurado a informação junto às gerências da SAMA e foi informado que está sendo feito um levantamento de diversas regiões, que inclusive já tramitam em processo judicial com o acompanhamento do Ministério Público Estadual, assim que for finalizado será apresentado junto a este Conselho Gestor. Neto aponta que as Gerências envolvidas mais diretamente nessa análise são da Unidade de Gestão Ambiental e Unidade de Fiscalização. Sobre a Fiscalização, Neto recorda que há algumas reuniões atrás o Conselheiro Raphael Cunha deixou o número de seu telefone particular (9 9607-0253) para que os Conselheiros realizassem denúncias, mas até então não foi recebida nenhuma, portanto reitera que quaisquer irregularidades, incluindo as invasões, sejam comunicadas. Além das unidades da SAMA o processo de regularização dessas áreas também passa por outras Secretarias, sendo que uma delas possui papel fundamental nesse trabalho, a Secretaria de Habitação, que tem assento nesse Conselho mas não pôde se fazer presente na reunião de hoje. O Presidente do Conselho Gestor destaca que o Ministério Público Estadual vem acompanhando bem de perto, inclusive gerando sobrecarga de solicitações de notificações contra os moradores irregulares, de forma que o comparecimento de moradores na SAMA para questionar o motivo da notificação é constante, mas evidencia que a grande maioria das denúncias parte do Ministério Público Estadual. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente entende que se tratam de ações que estavam programadas para serem feitas nos dois primeiros anos de gestão da APA, no sentido de que deveria ser feito um levantamento georreferenciado e regularizar as moradias que estavam dentro da APA naquela época, porém infelizmente não foi feito esse controle. Neto responde que se trata de uma dinâmica da legislação, apontando existirem legislações federais para regularização que a administração está procurando adequar à legislação municipal. O Presidente do Conselho Gestor complementa que além da última Medida Provisória convertida em Decreto Federal, que trata da regularização fundiária de interesse social e rural, há também o problema das atitudes de má fé por parcela da comunidade da APA que não protege a região como os membros deste Conselho, parcelando e vendendo lotes irregularmente. Informa também que já existem algumas ações junto ao Ministério Público Estadual para promover o despejo e a realocação, exemplificando uma das ruas em que mais de cinquenta famílias serão retiradas e realocadas para que então seja realizada a recuperação da área identificada como ZUR (Zona de Uso Restrito). Adicionalmente avisa que a parte mais importante é a responsabilização da família que promoveu o parcelamento e venda irregulares dos lotes, esta será judicializada para responder criminalmente por isso. Clailton Breis relata existirem situações isoladas também, mas que ao serem identificados rapidamente são informadas à fiscalização e Secretaria da Habitação, posteriormente é feita vistoria *in loco* para identificar as características do local. Em seguida este Conselheiro procura esclarecer que o levantamento socioeconômico não é uma função da SAMA, mas sim da SEHAB que possui equipe técnica habilitada para tal. Com relação a situação suscitada pelo Presidente, sobre o Morro do Borba, Clailton explica existir uma situação muito grave no ponto de vista geológico e por se tratar de uma área de risco e por conta disso a regularização não é permitida. Neto reitera para que todos utilizem o telefone da fiscalização para realizarem denúncias de irregularidades que forem percebendo, isso possibilitará um trabalho mais intenso de fiscalização na APA. A Conselheira Sarah Sabrina Leal Francisco informa que quanto a questão dos loteamentos irregulares há algumas situações distintas, uma delas é o parcelamento irregular do lote para venda, outra é o particular que constrói diversas casas num mesmo lote entendendo que por se destinar à sua família não há problema, quando na verdade há, e por fim há o caso das invasões nos terrenos particulares. Para impedir a continuidade desse uso irregular do solo a fiscalização vem atuando ativamente inclusive acompanhando os processos, apesar de que estes por vezes demoram para findar. Sarah informa também que em 2018 a fiscalização instaurou ao menos sessenta processos administrativos referentes a ocorrências na APA, além de dezenas de notificações que não deram início a um processo porque o autuado atendeu às determinações do Agente Fiscal. Mais de quarenta fiscalizações foram realizadas em conjunto a Polícia Militar Ambiental em situações de caça, apreensão e ocupações irregulares, além disso, há o suporte de uma delegacia voltada ao meio ambiente, se trata da 2ª Delegacia de Polícia instalada no bairro Fátima que auxilia na prisão em flagrante em casos de intervenção em APP, sendo que uma das prisões foi realizada na região da APA. Sarah explica que o poder público municipal não pode fazer a demolição compulsória dos imóveis em tais situações, mas que após determinação judicial é feita a cobrança da demolição da construção pelo proprietário e, caso não o faça, a fiscalização fará às expensas do autor, uma prática adotada nesses últimos dois anos. Por fim reitera que foi deixado o telefone para contato e denúncia às irregularidades, apesar de que até então nenhuma ligação foi recebida, ademais o setor de fiscalização se coloca à disposição para fortalecer a coibição das infrações na APA Serra Dona Francisca. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze considerou que a expansão dos loteamentos irregulares poderia ser evitada ou diminuída se o poder público colocasse placas informando a ilegalidade de loteamentos ou informando que a área mínima é de vinte mil metros quadrados. O Presidente do Conselho Gestor responde que já foram utilizadas de placas informativas, mas o comportamento dessas

peças é tão imoral que furtam as placas ou pintam em cima delas "compre lotes", citando inclusive o furto da placa do Centro de Bem-estar Animal. Paulo Roberto recorda que no passado haviam diversas placas informando "antes de construir, procure a subprefeitura de Pirabeiraba", contudo agora o problema se tornou o parcelamento irregular, pessoas de fora compram os lotes e as vezes são pessoas boas, mas que vendem para outro que não tem respeito pela vizinhança, e assim vai se repetindo. A Conselheira Débora Cristina Jung entende que no momento que for realizada a primeira demolição de fato a prefeitura terá que dar publicidade, isso para que todos fiquem cientes de que não sairão impunes se construírem irregularmente. O Presidente do Conselho Gestor informa que já houveram imóveis demolidos por conta de suas irregularidades inclusive na APA, portanto trará informação sobre essas demolições na próxima reunião. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente acredita ser um absurdo achar nos dias de hoje que há esse tipo de desinformação, apontando que uma imobiliária estava tentando vender esse tipo de lote próximo ao Quiriri e divulgando em diversos sites online. A Conselheira Maria Raquel Migliorini de Mattos reitera as palavras de Manoel, conta ter ligado para essa imobiliária e se fez passar por uma compradora interessada, perguntando sobre a regularização e diversas outras perguntas até o momento que a atendente questiona se ela é da polícia para ter feito tantas perguntas, Raquel avisou que não era policial, era ambientalista e a conversa estava gravada e seria enviado ao Ministério Público por meio da Dra. Simone Schulz, hoje a imobiliária parece ter sumido de lá. Raquel também aponta que a publicidade da venda trazia inclusive o número de registro do CRECI. A Conselheira Dione Nery Cavalcanti Benevenuti acha interessante trazer à mesa o trabalho da fiscalização, mas entende que a atenção deva se voltar à educação ambiental na proteção da APA, salientando que as escolas locais deveriam ser focadas onde se alcançará as crianças e pais, em contraste com a fiscalização que não vai com o objetivo de orientar, mas autuar e coibir. Conclui que a escola é o melhor espaço para a educação ambiental. O Presidente do Conselho Gestor visualiza uma oportunidade nesse quesito, segundo ele há uma assistente social que conhece boa parte da comunidade dessa região, um núcleo de gestão ambiental e um diálogo aberto e fácil com a Secretaria de Educação, tanto do município quanto do estado, esses fatores poderão possibilitar uma expansão da educação ambiental nesses moldes sugeridos. O Presidente do Conselho Gestor propõe que se realize uma reunião para que seja discutido um plano de ação sobre educação social nas escolas, além da já realizada educação ambiental. Explica que naquela deverá ser trabalhada conscientização legal, o que dará sustentação à educação ambiental no impedimento de ações irregulares. O Conselheiro Clailton Breis expõe que o trabalho da educação ambiental chamou a atenção de um Vereador que provocou o setor para realizar, por meio de uma Moção, para que fosse preparado um material orientativo direcionado às famílias que residem na APA Serra Dona Francisca, o conteúdo já foi desenvolvido e apresentado aos Vereadores por meio da Escola do Legislativo, que gostaram de tal forma que irão produzir a cartilha que é um verdadeiro manual às famílias, pois orientará sobre os direitos e obrigações na APA Serra Dona Francisca. Clailton também noticia sobre o programa Jovem Autor da Escola do Legislativo, que já orientou mais de oitenta crianças na elaboração de textos e desenhos de cunho ambiental, no ano de 2019 o tema será Mata Atlântica que atingirá também a APA, isso porque será apresentado em breve a este Conselho o Plano Municipal da Mata Atlântica que deverá ser discutido entre a Prefeitura, Câmara de Vereadores, este Conselho Gestor, dentre outros setores. Clailton finaliza agradecendo pela sugestão pontual da Conselheira Débora e informa que a Escola do Quiriri também será contemplada. O Conselheiro Ademir Sgrott aproveita o assunto da educação ambiental para noticiar que no dia seis deste mês ocorreu um encontro entre a comunidade do Quiriri e o CCJ na Igreja São Sebastião, destacando a presença de Vanessa, uma representante da comunidade, e o Conselheiro Manoel Luiz Vicente, da APROAGUA. Ademir informa que se trata de um evento itinerante e que deverá ocorrer novamente na localidade do Rio da Prata ou na Sociedade Dona Francisca, após também será feito próximo à foz do Rio Cubatão, segundo o Conselheiro a população local ficou muito satisfeita por estar entendendo melhor o bioma local e suas implicações ambientais. O Presidente do Conselho Gestor entende pertinente o ponto suscitado por Ademir e complementa que a Conselheira Maria Raquel havia se oferecido para fazer uma apresentação de educação ambiental no Conselho Municipal do Meio Ambiente, assim entende que a apresentação também seria de grande interesse para os Conselheiros da APA Dona Francisca. Portanto o Presidente do Conselho Gestor convida a Conselheira do ISARP para realizar a apresentação para este Conselho também. Maria Raquel confirma a apresentação para o Conselho Gestor. A Conselheira Debora Cristina Jung conta que no ano passado uma professora da Escola Germano Lenschow entrou em contato para realizar uma mobilização com o Colégio no Dia da Árvore, essa mobilização foi realizada com alunos do pré ao quinto ano que compareceram em sua casa onde foi feita uma didática com esses alunos. Neste ano a professora entrou em contato novamente e mostrou todo o trabalho feito no ano anterior com alunos de quatro a cinco anos, que inclusive vieram a ganhar o prêmio da Embraco, mas chamou atenção os questionamentos enviados para serem respondidos em casa, isso porque das quase

trinta crianças apenas a família de uma delas sabia que existia o Plano de Manejo da APA Dona Francisca, as outras sabiam que existia a APA, mas não sabiam o que era o Plano de Manejo. Debora conclui que as pessoas tem conhecimento da Unidade de Conservação, mas não conhecem de verdade suas regras e importância, portanto é nessas escolas localizadas no coração da APA que a semente desse conhecimento deve ser plantada para as crianças. Neto e o Presidente do Conselho Gestor concordam em dizer que não são apenas as crianças, muitos envolvidos nas discussões das políticas do meio ambiente não compreendem a forma de criação e nem a importância das Unidades de Conservação. O Presidente do Conselho Gestor concorda com as palavras da Conselheira Maria Raquel na reunião do Comdema, "*o mínimo que se espera é que saibam a lei*". A **quarta solicitação** trata-se de uma sugestão da Conselheira Debora, de que fosse implantado um pedágio de turismo na APA. Neto informa que existem ações realizadas pelo Instituto Rio dos Peixes, além do calendário da UGA para a blitz e educação ambiental, contudo o pedágio nesse sentido se mostra uma ferramenta legalmente complicada, mesmo porque quase todos os frequentadores são joinvilenses e um pedágio dessa ordem não poderia restringir os municípios. A Conselheira Maria Raquel, no entanto, informa que num determinado ponto onde o ISARP compareceu foram abordadas sete famílias e apenas uma delas era de Joinville, sendo que haviam moradores do Pará, Ceará e interior de São Paulo, portanto muitas pessoas vêm de fora. O Presidente do Conselho Gestor recorda que há alguns meses foi sugerido o pedágio como forma de aporte para auxílio da fiscalização, contudo aponta que municípios como São Francisco da Sul e Bombinhas estão com ações judicializadas por inconstitucionalidade, portanto o mesmo dilema e resistência legal, mas sugere que aguarde-se o caso de São Francisco do Sul, se lá funcionar talvez funcione em Joinville também. Partindo para a **quinta solicitação**, uma proposta de Debora sobre a instalação de redutores de velocidade, Neto aponta que já haviam sido enviadas Moções ao Deinfra diversas vezes, mas aquele órgão não dá qualquer *feedback*, na SAMA estão sendo feitas ações de emergência ambiental de cargas perigosas com a Polícia Rodoviária, Bombeiros, Defesa Civil e Polícia Militar Ambiental que fazem as blitz e consequentemente o controle do tráfego também. O Conselheiro Clailton Breis diz que hoje, felizmente, temos um plano de emergência ambiental consistente que funciona desde a Serra até a baía, esse plano é realizado em conjunto àqueles órgãos citados por Neto. O Presidente do Conselho Gestor destaca a participação de um funcionário experiente que trabalhou por muito tempo na área de emergências ambientais, o Sérgio Mira, que está para se aposentar, mas aceitou treinar outro funcionário em seu lugar. Neto conclui que por conta do órgão responsável virar as costas e o assunto não ser pautado sob uma ótica ambiental fica difícil de ser sanado pela SAMA, contudo o que compete a cargas perigosas o trabalho continua a pleno vapor, exemplificando o acidente ambiental que ocorreu no porto de São Francisco e a SAMA, junto a diversos órgãos estaduais e federais, esteve presente para auxiliar. A **sexta solicitação** trata da regularidade dos empreendimentos na APA, requerido pela Conselheira Debora. O Presidente do Conselho Gestor chama a frente os gerentes Caroline Cavalheiro Mafra, da Área de Aprovação de Projetos que trata dos potenciais construtivos e parcelamento do solo, e Josimar Neumann, do Licenciamento Ambiental cuja estrutura foi redefinida após o imbróglie judicial sobre a transferência da competência pelo licenciamento para o Estado. Também informa que esses dois Gerentes, somados aos já Conselheiros Clailton e Sarah, formam peças-chave da SAMA na APA. Neto recorda que a Conselheira Marli sempre fala que quem quer fazer as coisas de forma legal consegue, mesmo que por caminhos burocráticos, assim Neto explica que o processo SEI é o ápice da informatização da prefeitura, sendo que atas e ações são registradas para que não se perca o histórico. Antes que passar a palavra Neto recorda com Débora que os empreendimentos apontados eram a casa de eventos Hausmesse e a microcervejaria Gutbrau. A Gerente da área de aprovação de projetos, Caroline Cavalheiro Mafra, explica que seu setor é plenamente vinculado à legalidade e tão somente aprova uma solicitação do contribuinte que esteja legalmente corroborado, não podendo a equipe supor que o contribuinte mais tarde fará outra coisa que não o autorizado, principalmente na nova Lei de Ordenamento Territorial, isso porque antigamente a análise da construção e do uso do imóvel eram feitas conjuntamente, hoje em dia a análise do projeto construtivo dos empreendimentos é feita separadamente da análise do uso, o qual depende da emissão de um documento a parte cuja nomenclatura é "Alvará de Localização". Conta que no caso da GutBrau foi, num primeiro momento, solicitado o uso como cervejaria e consequentemente negado dadas as regras da APA conforme alertado pela UGA, mais tarde o contribuinte entrou com um pedido para uso agrossilvipastoril que perante ao Plano de Manejo da APA era permitido, portanto, por se tratar de um ato legalmente vinculado, foi emitida autorização para o uso apontado. O ouvinte Fabio Longen questiona sobre a autorização para supressão de vegetação próximo ao rio, apontando inclusive que o empreendimento havia realizado um desvio do curso da água. Caroline afirma que a área de aprovação de projetos não emitiu autorização para o que foi constatado no local, tanto que no projeto é previsto o respeito à APP e cumpre toda a legalidade, portanto os empreendedores atuaram em desrespeito às autorizações emitidas e ao próprio

projeto. A Conselheira Camila Cristina Colares questiona se eles possuem Alvará. Caroline responde que o Alvará de Localização não possuem, o que foi entregue nesse sentido foi apenas um parecer de análise urbanística que inclusive aponta quais são os usos permissíveis. O Presidente do Conselho Gestor complementa que provavelmente no ano que vem os Alvarás de Localização poderão vir a ser integralmente emitidos pela SAMA, sendo que hoje é emitida por meio da Secretaria da Fazenda e sob orientação e suporte da SAMA. Em seguida o Presidente do Conselho Gestor pede a Conselheira Sarah Sabrina Leal Francisco, gerente da Fiscalização, para inteirar o Conselho das ações da Fiscalização no empreendimento GutBrau. Sarah conta que em meados de maio a obra já havia sido embargada por estar sem autorização da construção, portanto o empreendedor compareceu à SAMA para obter as autorizações faltantes comunicando o uso do empreendimento seria agrossilvopastoril. Recentemente a fiscalização compareceu no local e identificou que o empreendimento extrapola os mil metros quadrados definidos da dispensa de licenciamento ambiental, para isto foi emitida uma notificação ambiental determinando que se providencie a entrada no processo de Licenciamento Ambiental em trinta dias. Foi também verificadas intervenções em APP, também ampliando a construção mais que o permitido, inclusive levantando uma pequena ponte no rio, para tanto foi emitida uma multa em Auto de Infração. Sarah aponta que a edificação está correta, portanto não foi embargada a parte construtiva, mas foi emitida uma notificação pela ausência do Alvará de Localização, portanto estão cientes de que não poderão abrir o lugar, se o fizerem poderão ser multados por isso. Finaliza apontando que também foi emitida uma notificação pela ausência de acessibilidade no estabelecimento. Quanto à Hausmesse, a obra já estava embargada, e agora também foi emitida uma notificação por ausência de Alvará de Localização. O Presidente do Conselho Gestor salienta que a ausência do Alvará de Localização é impedimento para realizar a atividade pretendida no local, portanto estes estabelecimentos deverão obter o alvará apontado, além disso, a anuência do Conselho à época da apresentação pela Gut rau não tem mais validade sendo que o empreendimento não executou aos moldes do que foi previsto, mesmo porque uma coisa é o que foi autorizado, outra é o empreendimento de fato obedecer os requisitos da autorização concedida. O Presidente do Conselho Gestor pede mais uma vez aos Conselheiros que ao perceberem alguma irregularidade que contatem o número de telefone celular (9 9607-0253) disponibilizado por Raphael Cunha há meses, que comuniquem diretamente à fiscalização para que a autuação seja célere. O Conselheiro Ademir Sgrott informa que os carros se acumulam na rua Motucas, aponta que a Andreia da GutBrau disse que a cerveja seria vendida em jarra, não haveria engarrafamento das cervejas, mas lhe foi informado que eles estavam engarrafando sim e vendendo pra fora. Ademir também aponta diversos empreendimentos no local além da GutBrau e Hausmesse, um toboágua antigo, uma mineradora, uma cancha de aerodelismo e uma casa de algum médium, isso faz com que muitos carros ocupem a rua dos dois lados, e lembra que se trata de uma localidade próxima a um grande barranco e se um dia precisar evacuar o local vai gerar grande risco às pessoas, portanto entende que o Corpo de Bombeiros e o Detrans deveriam avaliar essa situação. O Presidente do Conselho Gestor também evidencia ter recebido um agricultor da região que exercia atividade comercial juntamente com a atividade rural e foi denunciado, o cidadão se defendeu dizendo exercer dessa forma há vinte anos, mas lhe foi explicado que estava contrário à lei há vinte anos, portanto teve que ser autuado e fechado já que tem que escolher entre fazer uma atividade ou outra. A Conselheira Camila Cristina Colares questiona à Sarah se não haveria possibilidade de emitir outra autuação ao invés da notificação, sendo que o empreendedor já estava ciente de que não poderia exercer aquela atividade da forma com que fez. A Conselheira Sarah responde que foi discutido com a equipe sobre essa hipótese, técnica e juridicamente, ocorre que não se pode presumir o que o autuado quer ou não quer fazer no local, é preciso autuar com base no que é constatado de fato, pois essa é uma análise que cabe ao corpo técnico, não ao fiscal, e nesse momento o corpo técnico não soube dizer qual a área utilizada pela empresa, então por precaução jurídica foi emitida a notificação num primeiro momento, o que pode gerar um auto de infração posterior. O Presidente do Conselho Gestor pede para que Neto procure concentrar esse item da pauta em quinze minutos, visto haver ainda a apresentação do Índice da Qualidade da Água pela CAJ. Neto passa a identificar as outras solicitações, recordando que sob as vistas do Presidente Jonas as reuniões vem se tornando mais transparentes, citando o novo modelo de ata disponibilizado por meio do sistema eletrônico SEI. Recordando das Câmaras Técnicas criadas, aponta o esmero no trabalho da vistoria nos Campos de Altitude do Quiriri e na Serra Queimada na identificação da dispersão do Pinus, este foi realizado em conjunto à Polícia Militar, na disponibilização do helicóptero águia para a vistoria aérea, e Polícia Militar Ambiental, na disponibilização dos veículos e equipe para a vistoria terrestre, além de contar com todo um corpo técnico capacitado da SAMA em produzir o resultado apresentado a este conselho. Neto evidencia também os trabalhos da Câmara Técnica de Desassoreamento que resultou nas análises apresentadas e evidenciando o caráter emergencial do desassoreamento em diversos pontos, inclusive com o uso da tecnologia de um drone, todo um trabalho que

contou com a ajuda da equipe técnica da SAMA, da Defesa Civil, de diversos Conselheiros, além de ter sido realizado sob as vistas do IMA e mineradoras. Neto finaliza expondo que todos os trabalhos desse ano foram possíveis por conta da participação de profissionais sérios e determinados que participam das pautas desse Conselho e que apesar das dificuldades que ocorrem, tal como o empreendedor que anuncia fazer uma coisa e no fim pratica outra, a SAMA é uma das Secretarias de maior visibilidade ao público e mais transparente. O Presidente do Conselho Gestor faz considerações sobre a frequência dos representantes nas entidades, explica que duas entidades estarão recebendo notificação pela ausência às reuniões. O Presidente também faz menção honrosa ao Conselheiro Mauro Augusto da Silva que logo estará aposentado, este Conselheiro estará presente como representante da PMA em apenas mais uma reunião, a de fevereiro. Evidencia que Mauro participa tanto das reuniões desse Conselho quanto do Comdema e é um grande parceiro em concretizar os objetivos propostos juntamente com a Polícia Militar Ambiental, entidade da qual o Presidente explica ter grande carinho. Finaliza expondo que sua ausência fará grande falta, portanto não poderia deixar de enaltecer os trabalhos do Conselheiro que com grande dedicação vem tornando possível obter os ótimos resultados dos trabalhos conjuntos entre a SAMA e a PMA. [aplausos] Neto finaliza a retrospectiva de 2018 recordando que o Sr. Paulo Schulze também havia requerido informações acerca da regularidade da rede elétrica em imóveis irregulares, quanto a isso Neto recorda que no Comdema a Conselheira Maria Raquel questionou o apontamento de um dos Conselheiros que havia afirmado não ser possível fazer nada dentro de uma Unidade de Conservação, agora em contraste com o fato de que há ligações elétricas dentro da APA, mas há um trabalho conjunto sério entre a SAMA e a CELESC para levar transmissão de energia, mas é possível que as pessoas estejam fazendo 'gato', portanto pede que seja denunciada alguma ligação que se constata a irregularidade. Neto também recorda que a CELESC havia dado sua posição sobre a poda drástica, conforme anexo SEI (3110849) O Conselheiro Paulo Roberto Schulze avisa que existem muitos rabichos ligados e que precisam ser fiscalizados, que seja pela SAMA ou CELESC, porque senão se torna um incentivo ao parcelamento irregular, portanto o Sr. Paulo sugere que algum representante da CELESC possa ser chamado para a próxima reunião. O Presidente do Conselho Gestor sugere convidar o Sr. Jean para a primeira reunião de 2019, na pauta de fevereiro. Fabio Longen estranha o fato de ligações serem autorizadas acima da quantidade de moradias permitidas num mesmo lote, sendo que é possível fiscalizar essas ligações. A Gerente Caroline Cavalheiro Mafra responde que todas novas ligações, independentemente de serem imóveis antigos ou novos, a CELESC exige uma certidão da Secretaria atestando que aquele imóvel está regular, nos casos que estão sendo feitas ligações irregulares caberia à CELESC a fiscalização dessas ligações, mas todas as novas ligações são feitas analisando a regularidade dos lotes e edificações. O Presidente do Conselho Gestor anuncia que com relação a prestação de contas do SISMMAM com relação às ações realizadas na APA, está sendo finalizada a prestação de contas geral do Comdema e há um capítulo de apresentação específico da APA, separando as ações comuns das específicas. O Presidente anota também que da metade de novembro até a virada do ano a Secretaria recebe um grande número de trabalho provindo de denúncias, requerimentos do MP, regularização de imóveis conforme solicitação da SEHAB e pagamento dos carnês de IPTU, dentre outros, portanto não foi possível finalizar esse trabalho. Dando continuidade à pauta inicia-se à apresentação do Índice de Qualidade das Águas pela CAJ, o Conselheiro Cristian Ricardo dos Santos cumprimenta os presentes e passa a realizar a apresentação do IQA conforme anexo SEI (3110864). Finalizada a apresentação abre-se a Palavra Livre: com a palavra a Conselheira Maria Raquel Migliorini de Mattos, aponta que a coleta de resíduos passa pela APA aos sábados, mas em vista da grande quantidade de banhistas que frequentam os rios tanto nos sábados quanto aos domingos, descartando os resíduos nas lixeiras, sugere que seja combinado com a SEINFRA fazer a coleta nas segundas-feiras para impedir que o acúmulo de lixo perdure uma semana toda. O Presidente do Conselho Gestor entende ser uma solicitação bastante pertinente, então sugere e coloca em votação que seja redigida uma Moção à SEINFRA para fazê-lo caso possível conforme seus cronogramas. Colocada a Moção em votação restou aprovada por unanimidade. O Presidente do Conselho Gestor então solicita a providência da referida Moção para verificar a possibilidade da mudança do cronograma de coleta para a APA junto à SEINFRA. Em seguida o Presidente do Conselho Gestor anuncia que amanhã ocorrerá a primeira etapa externa do projeto Ictiofauna da SAMA, sendo que foram feitas coletas de matrizes de alevinos dos rios da região, foram estudados e multiplicados na secretaria, tendo em vista a possibilidade de desenvolver um criadouro que possibilite uma nova matriz econômica para os produtores, e amanhã será a primeira soltura nos pontos antes coletados cerca de quinhentos espécimes. Evidencia que esses peixes são ideais para o controle natural dos simulídeos, que ajudará no controle químico já realizado. Portanto convida a todos os Conselheiros a comparecerem no evento, que se trata de um evento simples mas bastante simbólico. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze conta ter também levantado o assunto sobre o afastamento das construções na rodovia a ser tratado junto ao Deinfra, mas isso pode ficar para o ano

que vem. Também recorda ter sido requerido quais seriam as ações previstas para o verão. O Presidente do Conselho Gestor informa serem diversas as ações previstas para o verão, o projeto Ictiofauna é uma delas, então requer que seja enviado por e-mail a todos os Conselheiros as ações previstas para o verão 2018-2019. O Conselheiro Manoel Luis Vicente, comentando sobre as ações para o verão, segundo ele há uns quatro anos foram instaladas algumas placas, no ano seguinte foram colocados banheiros químicos e lixeiras, mas quer saber o que está sendo previsto nesse ano. O Conselheiro Cácio José Rengel, informa que os mapas da APA não estava mais neste auditório, ao que parece houve um evento no auditório e eles foram temporariamente retirados, contudo pede cuidado com eles. Cácio também comenta sobre a CELESC, segundo ele os proprietários estão entrando com um mesmo laudo ambiental para fazer diversas ligações diferentes, portanto está ocorrendo alguma incongruência entre os dois órgãos nesse sentido. A Gerente Caroline Mafra responde que na SAMA já explicou para a CELESC que a regularidade da construção só se dá com o Certificado de Conclusão de Obra, não com o Alvará de Construção, e este Certificado vincula à um imóvel específico, portanto se a CELESC está aceitando o mesmo documento diversas vezes é porque lá ocorre algum problema de controle. A Conselheira Dione Nery Cavalcanti Benevenuti primeiramente parabeniza à boa participação dos Conselheiros, da Equipe Técnica da SAMA, da UDR e do Presidente nesse Conselho Gestor e nas necessidades da APA e produtores locais. Explica que a Epagri é um órgão de educação e orientação aos produtores rurais, mas apesar de estar inserido nesse meio ainda sim não há como saber de tudo, mesmo quem é técnico de uma determinada área, por isso é muito pertinente quando os Conselheiros trazem cada um sua experiência e opiniões de uma forma muito clara, como por exemplo o assunto esclarecido da Casa Krüger, portanto pede que os Conselheiros insistam no cumprimento das metas. Mas Dione evidencia que não cabe só à administração pública, cada um tem que correr atrás das soluções também, recorda que a fiscalização deixou o telefone mas ainda há denúncias sendo feitas só quando tem reunião. Dione deseja que a UDR, SAMA e Epagri continuem atuando em conjunto para valorizar a área rural e o produtor local, mas expõe que está preocupada com as autuações na área rural contra produtores, muitos deles que compõem o turismo rural da região, citando também uma autuação da Vigilância Sanitária contra um cultivador de plantas ornamentais, Dione então conclui explicando que irá se focar no Turismo Rural para o próximo ano, mas que se coloca à disposição para auxiliar a todos os Conselheiros da forma que puder. O Presidente do Conselho Gestor, antes de passar a palavra, endossa as palavras de Dione. Também faz um agradecimento a todos os participantes do Conselho Gestor da APA, pois é graças a todos que é possível realizar os trabalhos necessários para valorizar a APA e lutar por isso. Debora Cristina Jung informa ter compartilhado uma notícia de jornal no grupo de WhatsApp da APA, mas anuncia em reunião para que fique oficialmente registrado, a matéria trata da proposta de implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos em Joinville, entre as várias ações que propõem tem algumas que afetam diretamente os trabalhos desse Conselho Gestor, tais quais a implantação do Plano de Manejo da APA Dona Francisca utilizando recursos do Fundo do Meio Ambiente afim de preservar a hidrografia presente na APA Dona Francisca, a restrição do transporte de caminhões com cargas altamente poluentes na Serra Dona Francisca afim de evitar a contaminação dos cursos das águas da região responsáveis pelo abastecimento substancial do município de Joinville, ampliar o repasse financeiro ao Programa SOS Nascentes afim de implantar as atividades de monitoramento e gestão da APA Dona Francisca. Debora pede que pra próxima reunião fosse informado como está o progresso do programa SOS nascentes e gostaria de entender o que a notícia quer dizer com "ampliar" o repasse se não há repasse algum. O Presidente do Conselho Gestor pede que seja nomeada a fonte da notícia, o jornal é o NSC, contudo quer saber qual órgão cedeu a informação. Debora responde que partiu da Câmara de Vereadores. O Presidente do Conselho Gestor chama atenção pelo fato de que a informação conhecida é de competência do Executivo não foi cedida pelo Executivo nem mesmo pelos Vereadores que guardam algum relação com a APA, porque esses saberiam dizer que o Programa SOS Nascentes nunca parou, a própria definição da Serra Dona Francisca como Área de Proteção Ambiental, criação desse Conselho Gestor, além de outras ações pontuais, portanto o Programa nunca parou apenas se redefiniu nas diversas ações tomadas hoje. Finalizada a Palavra Livre foi declarada encerrada a reunião, às vinte e uma horas e quatro minutos, sendo extraída esta Ata, a qual foi lavrada e assinada por José Augusto de Souza Neto, e Anton Giese Anacleto, da SAMA.UAC (Unidade de Apoio aos Conselhos) e assinada pelo Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Jonas de Medeiros, após aprovação dos demais Conselheiros.

Jonas de Medeiros

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

José Augusto de Souza Neto

SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

Anton Giese Anacleto

SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Jonas de Medeiros, Secretário (a)**, em 14/02/2019, às 11:01, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Anton Giese Anacleto, Servidor(a) Público(a)**, em 14/02/2019, às 11:10, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **2980372** e o código CRC **B6FB8595**.

Av. Herman August Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

18.0.040063-0

2980372v141

2980372v141

Florianópolis,

SEMA
PROT. 14591
20/08/18
Zelinda

Ao Senhor

Jonas de Medeiros

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental – APA Serra Dona Francisca

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura de Joinville

Rua Anita Garibaldi, nº 79, Bairro Anita Garibaldi

89.203-300 – Joinville – SC

Senhor Presidente,

Ao Medew Jurídico
Sr. Neto PI para
Prox. Reunião APA R.F.

Secretaria de Agricultura
e Meio Ambiente
Jonas de Medeiros
Secretário

Despacho ao Secretário
Jonas, para providências.
21/08/18
AAA

Moção nº 01/2018

Com nossos cumprimentos, comunicamos o recebimento da Moção nº 01/2018, que recomenda a adequação das ações e procedimentos de supressão e poda sob as linhas de transmissão de energia elétrica instaladas na localidade de Rio do Júlio, Estrada Salto-1 e da APA Serra Dona Francisca, e sobre o assunto temos o seguinte a expor.

1 - Poda e corte de árvores

Por ser a Celesc uma empresa distribuidora de energia elétrica, atuando no regime de concessão de serviço público essencial, que está adstrita às normas e padrões técnicos de prestação de serviços pelo poder concedente, sendo obrigação desta concessionária assegurar a continuidade e a eficiência do fornecimento de energia, além da segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações nelas empregados.

Considerando que um dos fatores de maior conflito para a realização das atividades de distribuição de energia é a convivência das redes de distribuição com a arborização urbana e/ou rural, a qual interfere diretamente nos índices de qualidade e continuidade dos serviços como DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade de Consumidora), além da possibilidade de acidentes com condutores rompidos por ação da vegetação, a legislação em vigor assegura aos concessionários de energia elétrica o direito de realizar a poda ou supressão de vegetação que possa comprometer a prestação do serviço de transmissão e distribuição de energia, conforme estabelecido no Decreto nº 35.851/54:



Celesc
Distribuição S.A.

“Art 3º Os proprietários das áreas atingidas pelo ônus limitarão o uso do gozo das mesmas ao que for compatível com a existência a servidão, abstendo-se, em consequência, de praticar, dentro delas, quaisquer atos que a embaçarem ou lhe causem dano, incluídos entre os de erguerem construções ou fazerem plantações de elevado porte.

§ 1º A administração, ao expedir o decreto de servidão, poderá vedar que tais construções ou plantações se façam em uma faixa paralela à área da servidão, estabelecendo-lhe os respectivos limites.

§ 2º Aos concessionários é assegurado o direito de mandar podar ou cortar quaisquer árvores, que, dentro da área da servidão ou na faixa paralela à mesma, ameacem as linhas de transmissão ou distribuição.”

De tal maneira, é dever e não uma faculdade da concessionária a prestação do serviço público essencial de energia elétrica de modo frequente e visando minimizar a interrupção no seu fornecimento, o que se dá, por exemplo, com a execução do serviço de poda e corte de vegetação.

Portando, pautada pela legislação que lhe obriga a execução dos serviços de modo a manter o serviço de fornecimento de energia elétrica em equilíbrio, correta se mostra a conduta da concessionária no presente caso. Logo, dispensa-se licenciamento para limpeza de faixa.

Para o caso específico, devido ao grande porte da vegetação que existe na faixa paralela a nossa Rede de Distribuição, seremos obrigados a fazermos uma intervenção acentuada de aproximadamente 10 metros do eixo de nossa rede pois, boa parte das árvores estão acima da fiação e a queda das mesmas tem causado seguidos desligamentos, interrompendo o fornecimento de energia em milhares de Unidades Consumidoras. Além da interrupção no fornecimento de energia, a queda de uma árvore de grande porte sobre nossa rede, poderá provocar a quebra de postes, ou ainda a queda de Torres de Linha de Transmissão, o que causaria um impacto ainda maior nos índices de DEC de nossa concessionária.

Em arremate, destacamos que a Celesc realiza campanhas na mídia alertando a população sobre o plantio de árvores próximas a rede de distribuição, esclarecendo que tal atitude pode gerar riscos de acidentes e interrupção no fornecimento de energia elétrica.

2 - Rede Subterrânea de Distribuição de Energia Elétrica

Conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nosso órgão regulador, por meio da Resolução nº 414/2010, os clientes devem ser atendidos com obras que obedeçam os requisitos técnicos mínimos exigíveis para o atendimento da demanda, e com o



Celesc
Distribuição S.A.

menor custo possível.

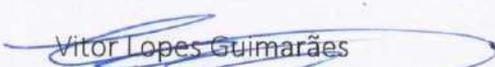
Assim, considerando que os investimentos são tratados pela ANEEL, sob forma de reajustes na tarifa de energia elétrica, impactando assim os consumidores, as regras do setor elétrico apontam que a decisão técnica para os investimentos devem considerar critérios prudentes.

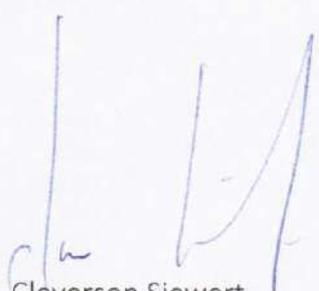
A ANEEL não reconhece obras de redes subterrâneas como investimentos prudentes, em função dos altos custos envolvidos, a menos que seja a única solução técnica elegível para o atendimento ao cliente, ocasião que não se apresenta constituída no presente caso, conforme análise técnica realizada.

Considerando o acima exposto, quanto à sugestão da construção de rede subterrânea de energia elétrica nas localidades em questão, informamos que o custo estimado para redes de distribuição de 13,8 kV, é de 3,5 milhões o quilometro, sendo tal custo de inteira responsabilidade do interessado. Em existindo o interesse, o mesmo deve ser oficializado à esta concessionária, para que possamos dar início às tratativas necessárias, tais como elaboração de projeto, pagamento dos custos, licitação de material e mão de obra, até chegarmos na execução da mesma.

Por fim, esperamos ter esclarecido a situação e, sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à sua disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


Vitor Lopes Guimarães
Diretor de Distribuição


Cleverson Siewert
Diretor Presidente



Destinatário:

A/C:
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO
Rua Anita Garibaldi, 79
A/C JONAS DE MEDEIROS Anita Garibaldi
89203-300 Joinville/SC
Obs: 197345 PRE/DDI MOÇÃO N° 01/2018



Data de Postagem
15/08/2018

BI505478079BR



Remetente:

Celesc Distribuição - Administração Central
Avenida Itamarati, 160
Itacorubi
88034-900 Florianópolis-SC

MONITORAMENTO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DAS ÁGUAS DOS RIOS CUBATÃO E PIRAÍ



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

Anexo 11/12/2018 - Apresentação IQA (3110864)



Prefeitura de
Joinville

SEI 18.0.040063-0 / pg. 15



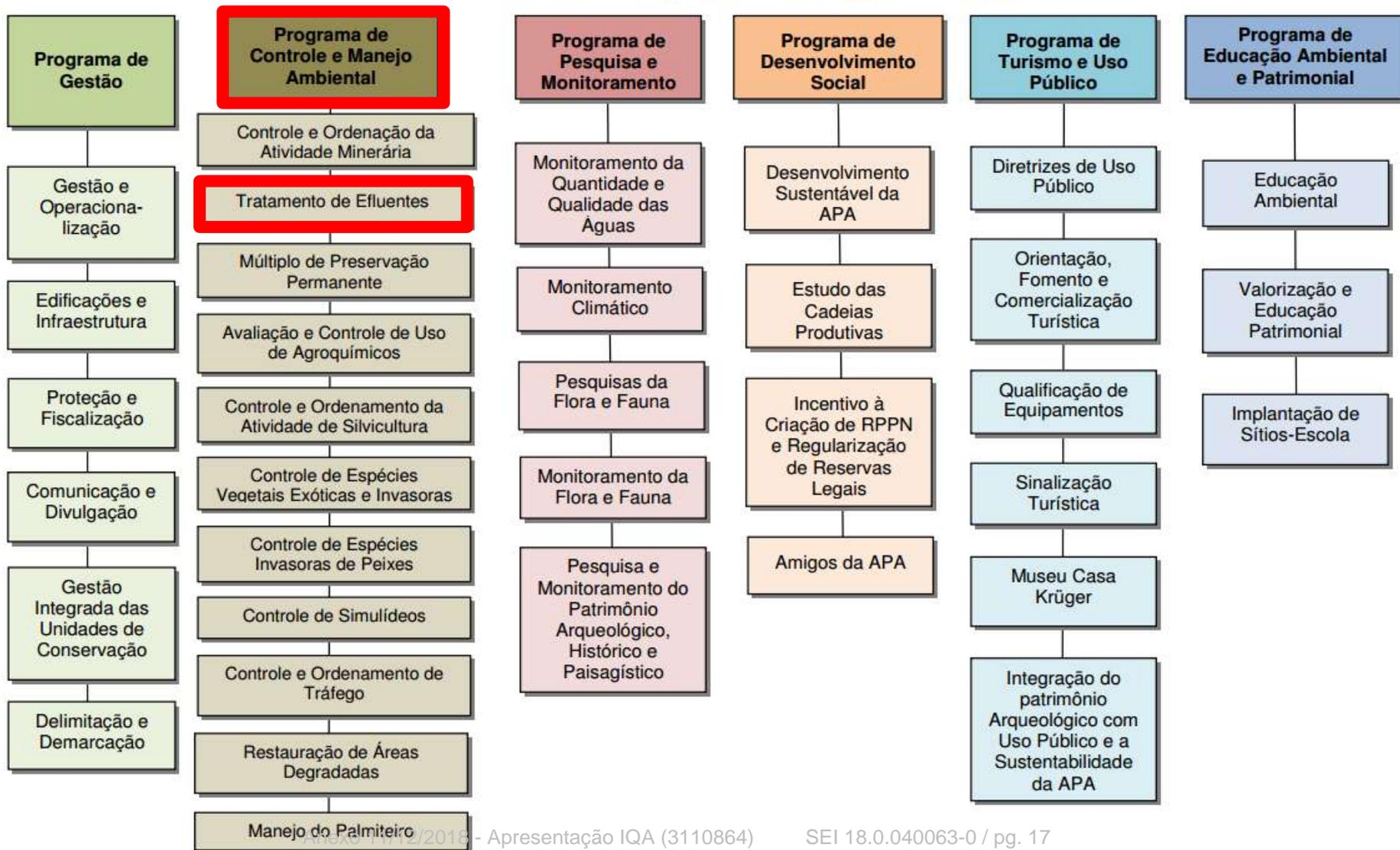
LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 218/15 – ETA CUBATÃO



- Item 6.21 – Apresentar os resultados dos programas e subprogramas do plano de manejo da APA nas reuniões bimestrais do Conselho da APA



Estrutura dos Programas e Subprogramas de Manejo



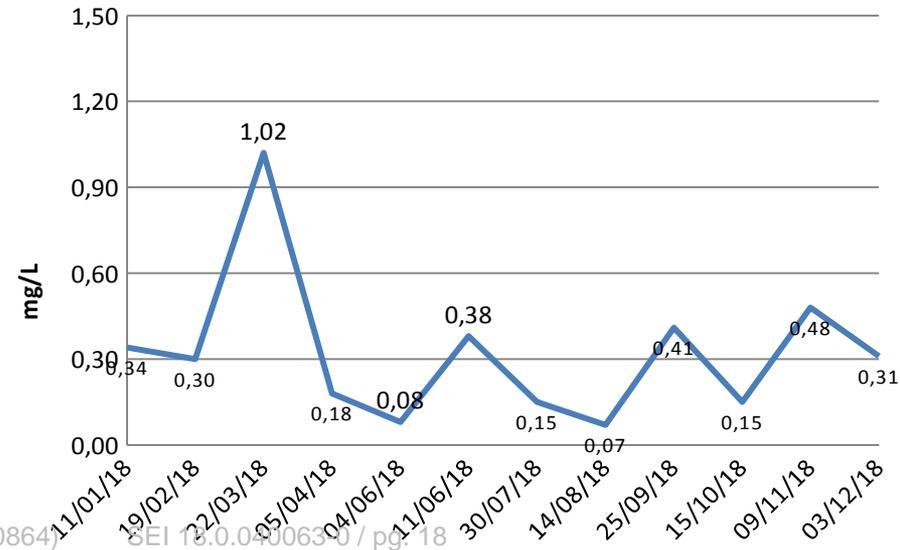
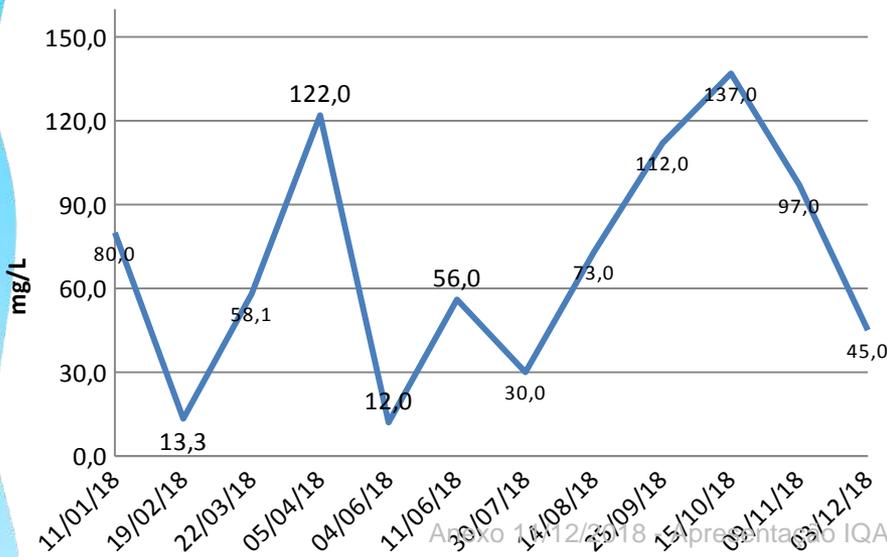


Subprograma de Tratamento de Efluentes – Estação de Tratamento de Lodo

Monitoramento Mensal

Parâmetros Analisados: Oxigênio Dissolvido, pH, Temperatura, Ferro, Alumínio, Sólidos Sedimentáveis, Cor Aparente e Turbidez.

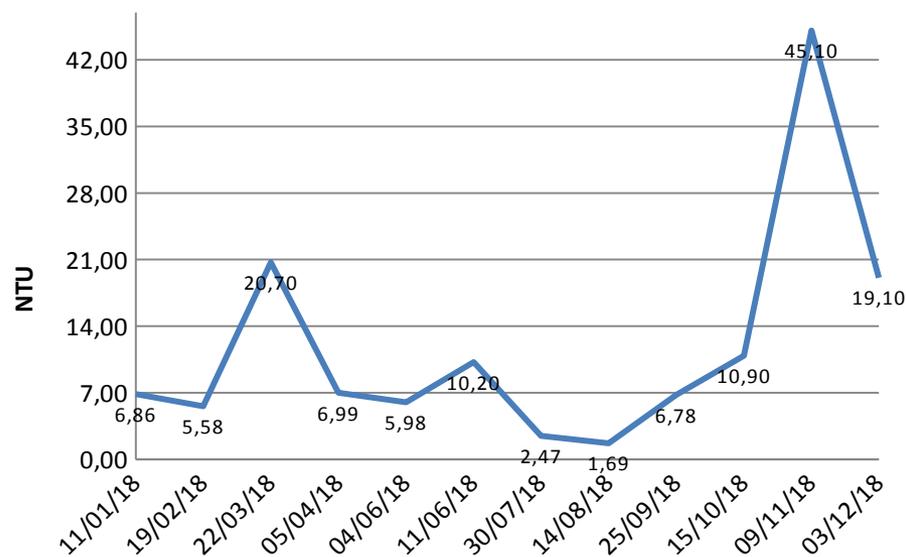
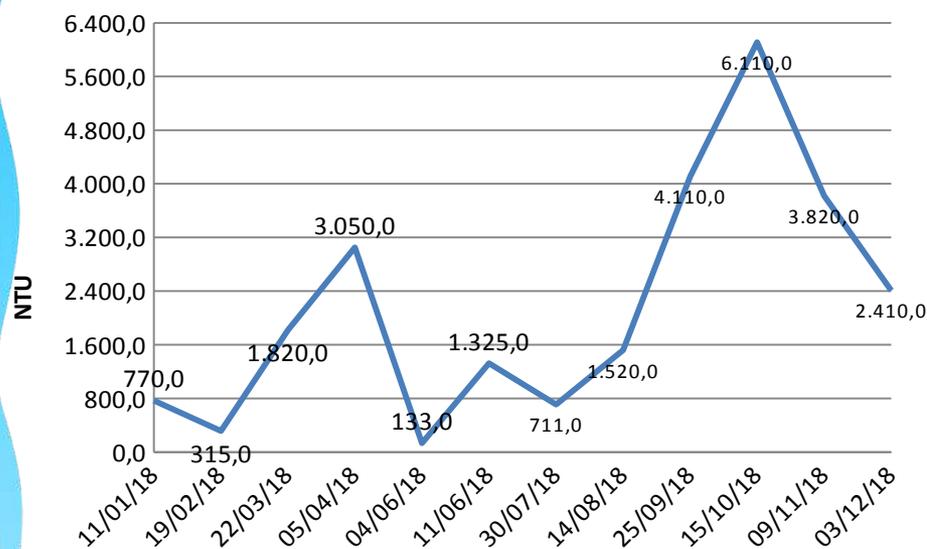
Comparativo Entrada e Saída - Ferro





Subprograma de Tratamento de Efluentes – Estação de Tratamento de Lodo

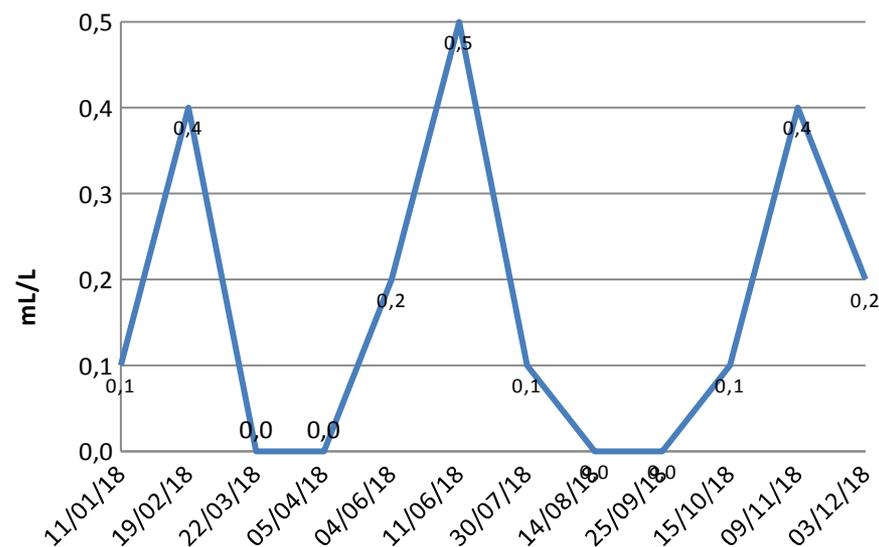
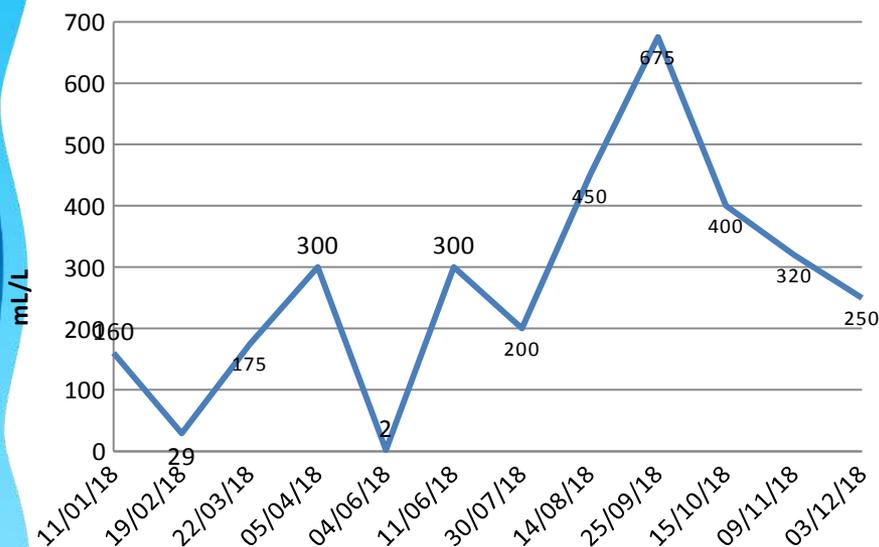
Comparativo Entrada e Saída - Turbidez





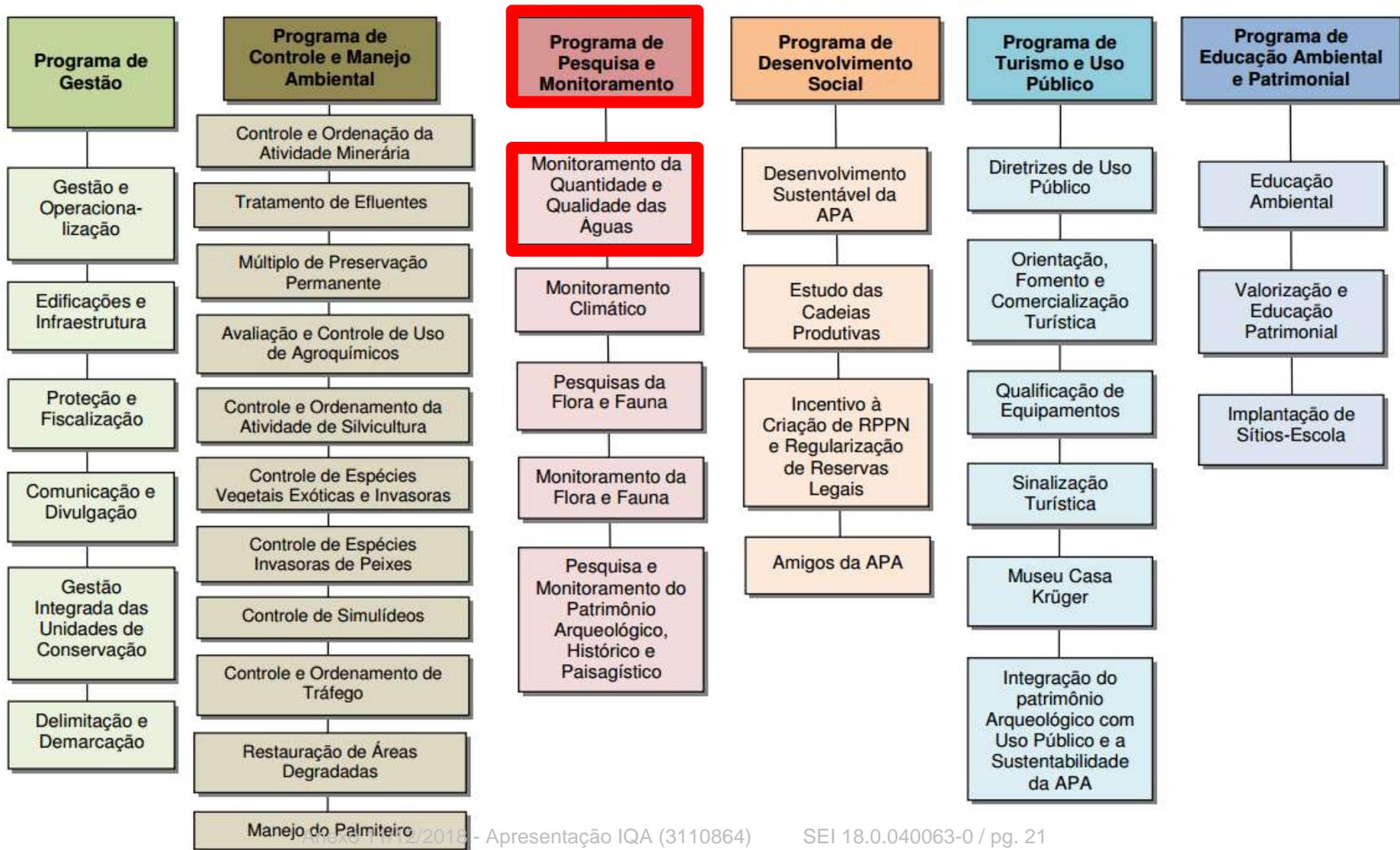
Subprograma de Tratamento de Efluentes – Estação de Tratamento de Lodo

Comparativo Entrada e Saída – Sólidos Sedimentáveis





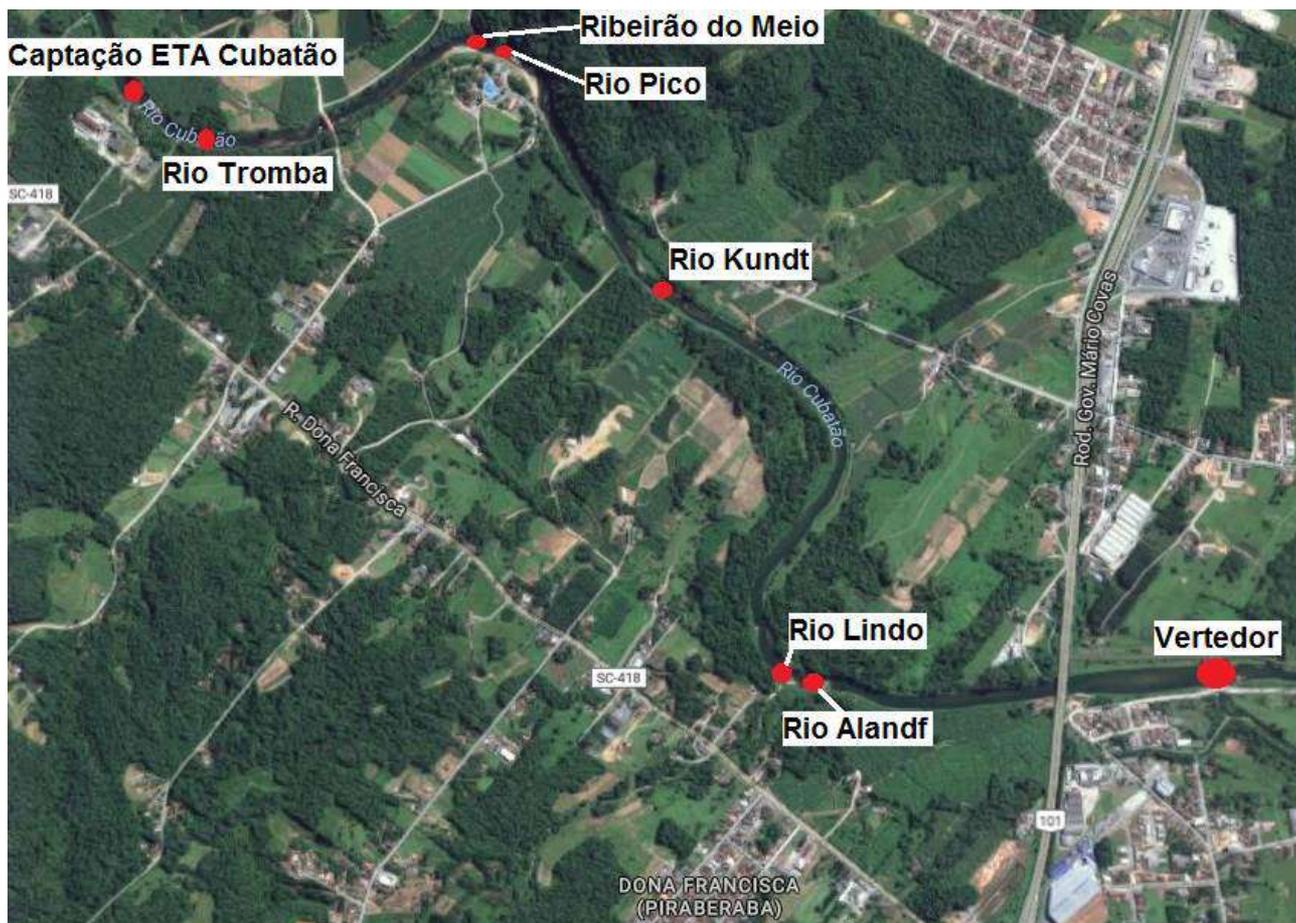
Estrutura dos Programas e Subprogramas de Manejo





MONITORAMENTO QUANTIDADE

- PLANO DE MONITORAMENTO DE VAZÕES
 - RIO CUBATÃO



Mês	Q _{RC} (l/s)
Janeiro	29.310
Fevereiro	16.252
Março	15.524
Abril	14.042
Maio	CLE 10.570



Portaria MS Nº 2914 DE 12/12/2011

- O2 dissolvido
- pH
- Temperatura
- Coliformes Totais
- Coliformes - E. Coli
- DBO
- DQO
- Cor Aparente
- Fósforo
- Nitrogênio Total
- Turbidez
- Sólidos Totais (ST)

ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS - IQA

METODOLOGIA CETESB

Tabela 1 – Classificação do IQA

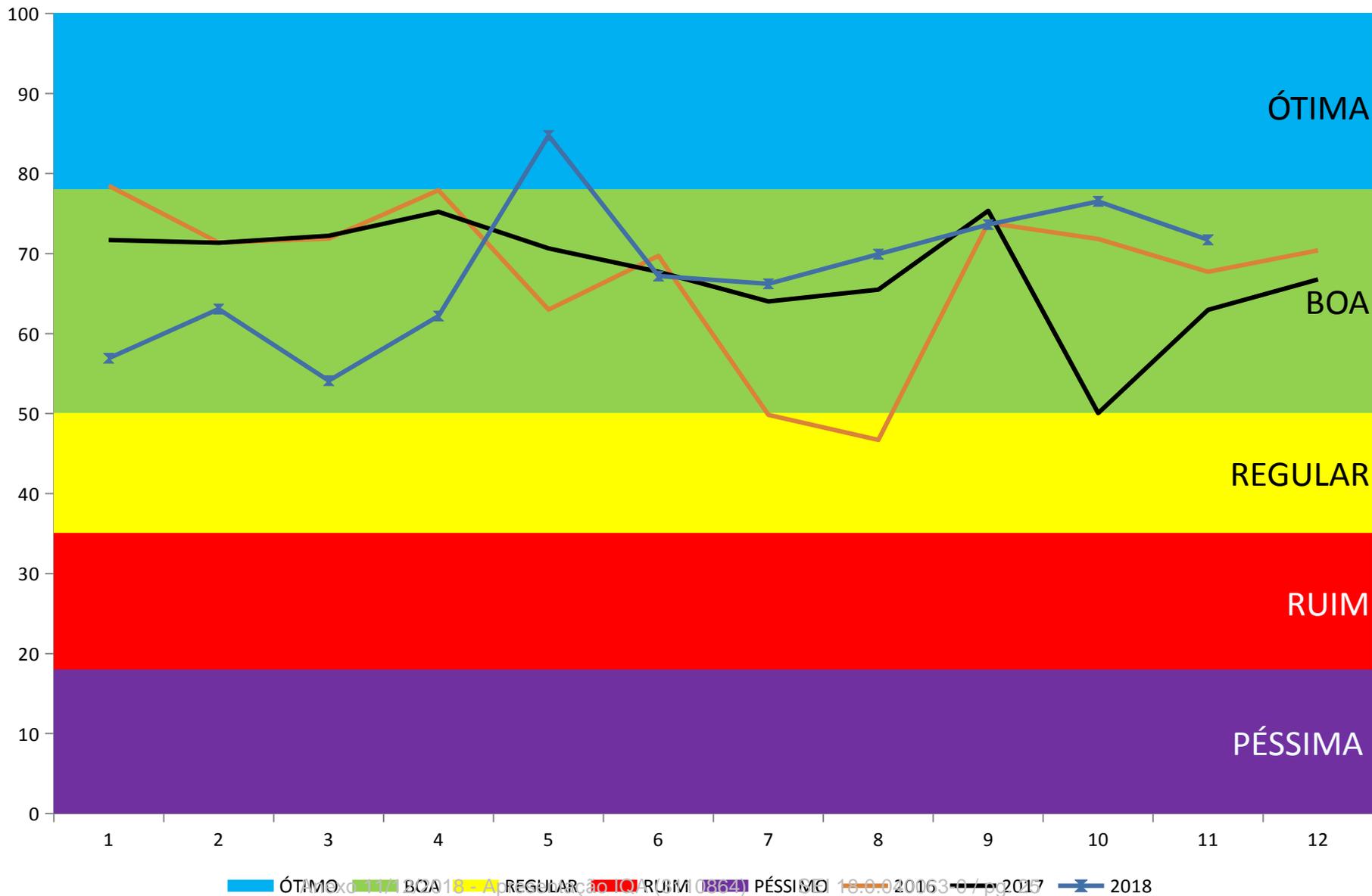
Categoria	Ponderação
ÓTIMA	$79 < IQA \leq 100$
BOA	$51 < IQA \leq 79$
REGULAR	$36 < IQA \leq 51$
RUIM	$19 < IQA \leq 36$
PÉSSIMA	$IQA \leq 19$



IQA – RIO CUBATÃO

CAPTAÇÃO ETA CUBATÃO

Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

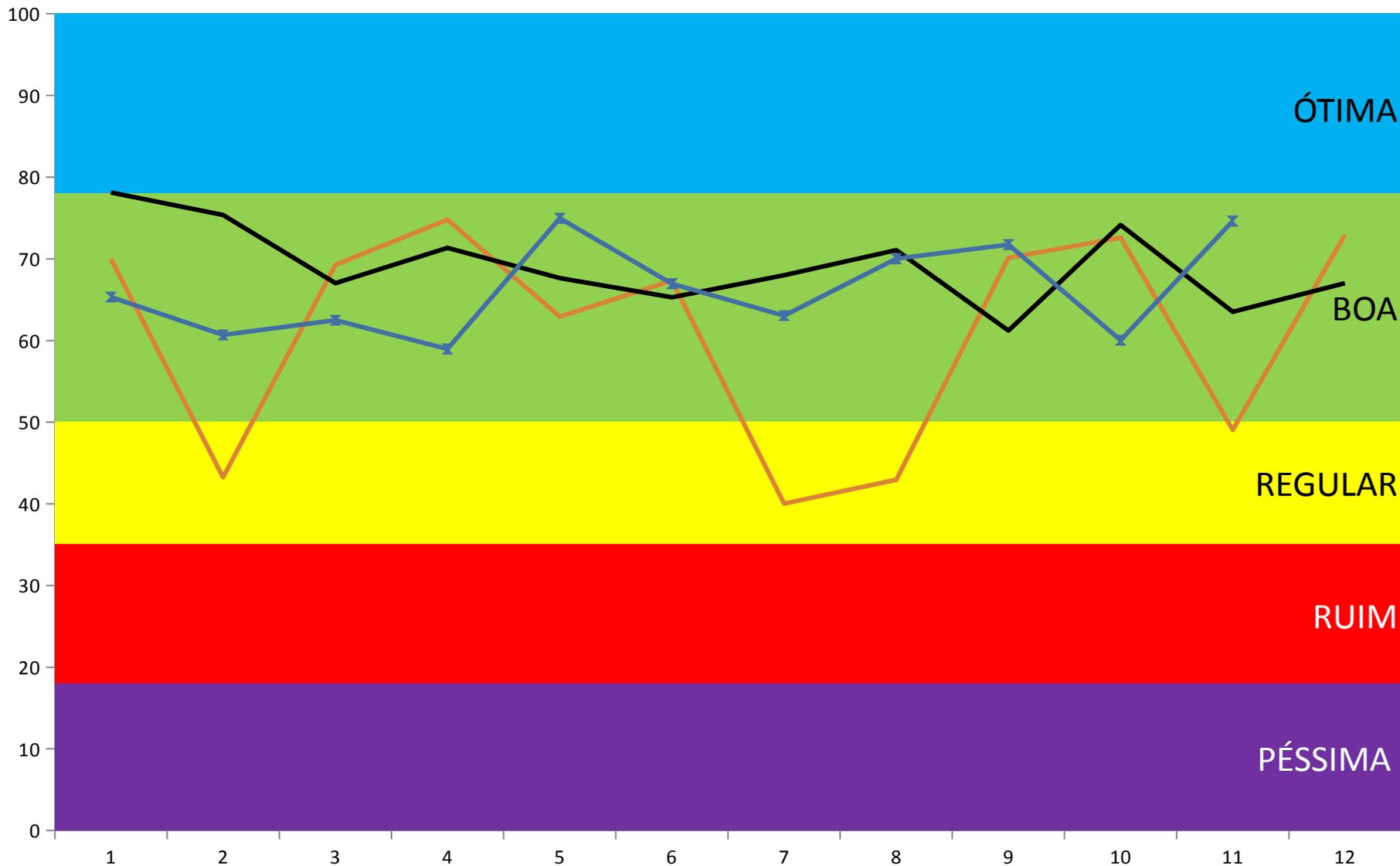




IQA – RIO PIRAÍ

CAPTAÇÃO ETA PIRAÍ

Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico





Dúvidas?

Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

DÚVIDAS?



OBRIGADO!

CONTATOS:

Cristian Ricardo dos Santos

E-mail: cristian.santos@aguasdejoinville.com.br

Telefone: 2105-1711



Águas de Joinville
Companhia de Saneamento Básico

85
 Lista de presença da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da
 APA Serra Dona Francisca, realizada no dia 11 de dezembro de 2018, às
 19:00hs, no Auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de
 Agricultura e Meio Ambiente (SAMA-UDR), na Rod. SC-418, Km 3, nº 271
 Distrito de Pinabeinaba, Joinville - SC.

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
Gabriel Klein Wolfart	Sindipetrópolis/SC	
Mauro Augusto de Silva	Policia Ambiental	
Luiz Casas	Recult	
Volker Toteli	Recult	
ROSEMY SUZUKI	UDR	
Emile Olas	Instituto Cuiabá	
Polimar Neumann	SAMA	
Marcelo Z. Licato	Aproagua	
Debora Cristina Jung	Aproagua	
Virginia Gace Barros	CCJUDESC	
Tommy B. Kunzinger	SEUD	
Alcegnir Bertol	Subprefeitura Pinabeinaba	
Paulo Sany	ASBAnville	
Sarah Sabrina L. Francisco	SAMA	
Chaiton Dreis	SAMA	
Solis Lonsen	Aproagua	
Miriam C Zabel	Recult	
CRISTIAN R. DOS SANTOS	CAJ	
Caroline Lavallero Mafra	SAMA	
Dione Nery Goulart Benfante	EPAGRI	
Vanessa Lúcia Gonçalves	Ass. Moradores Aniviri	
Juliana Kammerer	ACR	
Moisés Paulo Freisblen	APIVILLE	
Marcelo Raquel do Mattos	ISARP	
CACIO JOSÉ BEUGEL	PARQUE SCA	
Marli Fleth Jacavem	ANEM	
Jonas de Medeiros	SAMA	
Antônio Giese Anacleto	SAMA	
Jose Anacleto Souza Neto	SAMA	